

Constitucional (PEC) para a quebra do monopólio da União, referente à produção, à comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas, de autoria do Senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) ocorrida em emocionante sessão solene no Congresso Nacional, um novo panorama se abre para a Medicina Nuclear Brasileira.

No projeto a autorização poderá ser concedida a instituições públicas e entidades privadas sob a forma de permissão e controle da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), órgão federal responsável pela segurança do emprego, nas diferentes formas, da energia nuclear.

Na atual situação, a produção nacional de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas se restringe à produção de Flúor-18, elemento necessário para a composição da molécula fluorodesoxiglicose- ^{18}F (FDG- ^{18}F), único radiotraçador disponível no momento no país para obtenção de estudos com PET (tomografia por emissão de pósitrons). O Flúor-18 tem meia-vida de aproximadamente 110 minutos, o que possibilita que o mesmo seja distribuído para algumas cidades próximas aos centros produtores. Atualmente somente o IPEN em São Paulo é capaz de produzir e distribuir FDG com regularidade, o que atende a demanda atual da grande São Paulo e poderia no máximo atender com limitações cidades distantes até duas horas do centro produtor.

O fim do monopólio estatal vai permitir a produção de radioisótopos de uso médico por outras entidades que não o Governo Federal, favore-



Comemorando a grande conquista estão juntos o Dr. José Soares Jr. (presidente da SBBMN), Senador Jorge Konder Bornhausen, Dr. Edwaldo Camargo e Dr. Jairo Wagner, em foto comemorativa no Congresso Nacional por ocasião da Promulgação da Emenda Constitucional nº 49 no dia 08 de fevereiro de 2006

cendo a realização de um grande sonho – levar a tecnologia PET para todas as regiões do país. Além disso, certamente muitos empregos diretos e indiretos serão criados, obrigando a especialização de profissionais e a formação de equipes multidisciplinares em universidades ou entidades privadas já que a presença de engenheiros, físicos, especialistas em radiofarmácia e médicos é indispensável para o sucesso do projeto. Além disso, profissionais capacitados para operar os ciclotrons, que são os equipamentos nos quais são gerados a maioria dos radioisótopos utilizados para estudos com PET, equipes de manutenção e reparo, obviamente envolvidas com todo o processo, também terão que ser preparadas, uma vez que hoje poucos centros dispõem dessa composição.

Outro ponto importante favorecido pela Emenda Constitucional é a produção e utilização de outros radioisótopos como o Carbono-11, o Oxigênio-15 e o Nitrogênio-13, que permitem a marcação de várias outras moléculas para estudar processos metabólicos e funcionais diferentes dos avaliados com FDG- ^{18}F . A produção destes outros isótopos torna-se desejável e imprescindível, sobretudo para fins de pesquisa médica. Ocorre também que todos eles têm meia-vida muito curta, da ordem de poucos minutos, o que exige que a síntese dos mesmos se faça na própria instituição que vai utilizá-los ou muito próxima a ela.

Do ponto de vista clínico, a Medicina Nuclear brasileira poderá, em curto prazo, equiparar-se à Medicina Nuclear presente nos